



Faculdade de Direito da UFBA



Nome e código do componente curricular: Teoria Geral do Processo		Departamento: Direito Público	Carga Horária: T 68 P 00 E 00
Modalidade: Disciplina	Função: Profissional	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Direito Constitucional II		Módulo de alunos: 60	
Ementa: Estudo dos conceitos fundamentais e da trilogia estrutural do processo			
Bibliografia: ARAÚJO Cintra, Antonio Carlos de, GRINOVER, Ada Pellegrini e DINAMARCO, Cândido Rangel, Teoria geral do processo CARREIRA Alvin, José Eduardo Carreira, Elementos de Teoria Geral do Processo. Obs.: Ao professor encarregado da disciplina cabe fazer outras indicações bibliográficas.			



Faculdade de Direito da UFBA



Nome e código do componente curricular: Direito Administrativo I		Departamento: Direito Público	Carga Horária: T 68 P 00 E 00
Modalidade: Disciplina	Função: Profissional	Natureza: Obrigatória	
Pré-requisito: Direito Constitucional II		Módulo de alunos: 60	
Ementa: Conceito. Campo de Aplicação. História. Fontes. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Regime Jurídico-Administrativo. Serviço Público. Serviços de Relevância Pública. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Função Pública.			
Bibliografia:			



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
DEPARTAMENTO DE DIREITO PRIVADO
CURSO DE DIREITO – SEMESTRE VIGENTE

Professor:

COMPONENTE CURRICULAR

Código		Disciplina					
DIR192		DIREITO REAIS I					
Pré-requisito da disciplina				Pré-requisito para			
TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL II				DIREITOS REAIS II			
Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Estágio	Total	Teórico	Práticos	Estágio	Total
02	01	00	03	34	34		68
Ementa							
Direitos reais: posse, aquisição, perda e efeitos. Propriedade: aquisição e perda. Direitos reais na coisa alheia. Existência, serviços prediais, usufruto, uso e habitação. Rendas constituídas sobre imóveis. Direitos reais de garantia: Penhor, Hipoteca, Anticres. Direitos reais de aquisição: Promessa de venda.							
Objetivos							
<p>O curso de Direitos Reais propõe-se a análise e estudo dos diversos institutos que integram a disciplina, abordados a partir dos novos conteúdos impostos pelas diretrizes constitucionais. Com efeito, sem abandonar o "locus" privatístico da reflexão, é imperiosa a abordagem do direito de propriedade e da posse à luz dos princípios que impõem a obediência à função social.</p> <p>Nesse sentido o estudo iniciar-se-á com o tratamento da posse, não apenas na sua configuração clássica, mas também sob o impacto da emergência dos novos conflitos coletivos, cuja natureza se entrecruza com a tradição liberal-individualista do direito.</p> <p>D'outra parte, no referente à análise do direito de propriedade (que em razão da diversidade fenomênica com que se tem apresentado melhor seria designado como "propriedades"), a lição mais uma vez é encará-lo sob a ótica de sua função social, sem esquecer de suas mais recentes manifestações, a exemplo da denominada multipropriedade.</p>							

Conteúdo programático
<p>I - TEORIA GERAL DOS DIREITOS REAIS</p> <p>Conceito e conteúdo dos direitos reais. Teorias realista e personalista. Critérios distintivos entre os direitos reais e os pessoais. Caracteres fundamentais e classificação dos direitos reais – direitos reais na coisa própria e direitos na coisa alheia - direitos reais de gozo, fruição e de garantia (noções preliminares). Objeto dos direitos reais. As obrigações <i>ob rem e propter rem</i> e os ônus reais.</p> <p>II - DA POSSE</p> <p>Origem da posse. Fundamentos históricos.</p> <p>Conceito de posse e seus elementos constitutivos: o animus e o corpus. Teorias. Sistema adotado no Novo Código Civil: Objeto de posse. A posse de direitos pessoais. Natureza da posse. Classificação da posse: direta e indireta, justa e injusta, de boa fé e de má fé, nova e velha, ad interdicta e ad usucapionem, violenta, clandestina e precária. Com posse. Distinção</p>



de detenção. O fâmulu da posse.
Modos aquisitivos da posse. Perda da posse. Causas extintivas. A acessão da posse.
Efeitos da posse. A proteção possessória. Modalidades e ações. O desforço incontineni. Os juízas petitório e possessório.
A percepção dos frutos. O regime das benfitorias. O ius tollendi. O direito de retenção legal e convencional. Induizção por despesas. A usucapião (noções breves).

III-DA PROPRIEDADE

III.1 DA PROPRIEDADE EM GERAL

Noções gerais sobre propriedade. Breve histórico sobre o direito de propriedade.
Fundamento jurídico do domínio. Conceito e elementos constitutivos da propriedade. Caracteres da propriedade.
Objeto da propriedade.
O exercício do direito de propriedade: os poderes do dono. Limites legais e voluntários (noções gerais).
A extensão espacial (vertical) do direito de propriedade.
Espécies da propriedade: mobiliária e imobiliária. Importância da distinção.
Sistemas de aquisição da propriedade. Regime adotado no Brasil (Título e Modo).
A dimensão atual do direito de propriedade: a função social da propriedade. Deveres do dono.

III.2 DA PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA

Da aquisição da propriedade imobiliária.
Classificação dos modos de adquirir
Aquisição pelo registro de título ("só é dono quem registra?")
Aquisição por acessão
 Conceito e modalidades.
 Acessões naturais
 Acessões artificiais
Aquisição por usucapião
 Origem histórica
 Conceito e fundamento
 Requisitos do usucapião.
 Espécies. O usucapião constitucional urbano e rural
Perda da propriedade imobiliária
 Generalidades
 Alienação
 Renúncia
 Abandono
 Perecimento do imóvel
 Desapropriação
 Requisição
 Posse *pro labore*
Do Condomínio
 Conceito
 Classificação do condomínio
 Direitos e deveres dos condôminos
 Administração do condomínio
 Extinção do condomínio
 Condomínio especiais
 Condomínio por menção de paredes, cercas, muros e valas
 Condomínio em edifício de apartamentos ou condomínio em edifício (por planos horizontais)
 Sua origem
 Natureza jurídica
 Instituição e constituição
 Direitos e deveres dos condôminos
 Administração
 Extinção
 Multipropriedade imobiliária e loteamento fechado (o regime dos chamados "villages")

RESTRICÇÕES AO DIREITO DE PROPRIEDADE

Fundamento das limitações à propriedade. Natureza e classificação das restrições ao domínio. Restrições à propriedade em virtude de interesse social. Restrições constitucionais. Restrições administrativas. Limitação ao direito de propriedade rural. Limitações de natureza militar. Restrição em razão de lei eleitoral. Outras limitações: criação de microsistemas. Ex. Direito das águas, de rios, direito ambiental, etc.

Limitações ao domínio baseadas no interesse privado

- O DIREITO DE VIZINHANÇA

Direitos de vizinhança: conceito e fundamento;
O uso normal e o uso anormal da propriedade;
Outras limitações legais à propriedade
Das árvores limítrofes
Da passagem forçada
Da passagem de cabos e tubulações
Das águas

Restrições decorrentes da contiguidade entre dois imóveis
Dos limites entre prédios
Direito de tapagem
Direito de construir



III.3 DO DIREITO DE PROPRIEDADE MOBILIÁRIA

Formas de aquisição e perda da propriedade mobiliária

Noções gerais

Modalidades aquisitivas e extintivas da propriedade mobiliária

Modos originários de aquisição e perda

Ocupação

Usucapião

Modos derivados de aquisição e perda da propriedade móvel

Especificação

Confusão, comistão e adjunção

Tradição

III.4 DA PROPRIEDADE RESOLÚVEL

Conceito;

Efeitos;

Exemplos na vida prática.

III.5 DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA

Origem histórica;

Conceito;

Natureza Jurídica;

Objeto e finalidade do instituto;

Constituição;

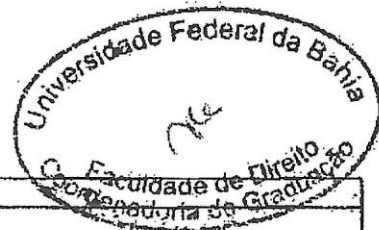
Efeitos especiais;

Causas extintivas;

A sub-rogação na propriedade fiduciária.

Metodologia

Aulas expositivas, com comentários e discussões sobre a teoria e o direito positivo; apresentação de questões práticas; estudos de casos; análise de jurisprudência; comentários sobre assuntos relacionados e pertinentes à disciplina. Uso do quadro e recursos audiovisuais; condução de seminários e de trabalhos em grupos de estudos.



Avaliação
Os alunos serão submetidos a, no mínimo, duas avaliações reglamentares assim constituídas: 1ª Avaliação - Prova com questões dissertativas e (ou) objetivas: 10,0 pontos- PESO 4,0. 2ª Avaliação - Prova com questões dissertativas e (ou) objetivas: 10,0 pontos- PESO 6,0. Eventualmente serão realizados seminários, exigidos fichamentos de textos e implementados outros procedimentos didático- avaliatórios que serão previamente informados aos alunos
Bibliografia
Bibliografia Básica BARROS MONTEIRO, Washington de. <i>Curso de direito civil. Direito das Coisas</i> . Vol. III: 37. ed. São Paulo: Saraiva. Última edição. CASTRO NASCIMENTO, Tupinambá Miguel. <i>Posse e propriedade</i> . Livraria do Advogado; Porto Alegre. 2003. DANTAS, San Tiago. <i>Progressão de direito civil – Vol. III</i> . Rio de Janeiro: Forense, 2001 DINIZ, Maria Helena. <i>Curso de direito civil brasileiro</i> . Vol. IV. São Paulo: Saraiva. Última edição. FARIAS, Cristiano Chaves de e ROSENVALD, Nelson. <i>Direitos reais. Substituto: Juspodivm</i> . Última edição. GOMES, Orlando. <i>Direitos reais</i> . 19. ed. Rio de Janeiro: Forense. Última edição. HERING Rudolf von. <i>A teoria simplificada da posse</i> . São Paulo: José Bushatsky. 1976. MENEZES CORDEIRO, Antônio Manuel da Rocha e. <i>A posse: perspectivas dogmáticas atuais</i> . 3. ed. Coimbra: Almedina, 2000. PEREIRA, Cláudio Márcio da Silva. <i>Instituições de direito civil</i> , Vol. 4. 20. ed. Rio de Janeiro; Forense.
Bibliografia Complementar ALBUQUERQUE, Ana Rita Vieira. <i>Da função social da posse e sua consequência face à situação proprietária</i> . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002. ARAÚJO, Fábio Calças de. <i>Posse</i> . Rio de Janeiro: Forense, 2007. ALVES, Wilson Rodrigues. <i>Uso nocivo da propriedade</i> . São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992. ARONNE, Ricardo. <i>Propriedade e domínio</i> . Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2001. <i>Por uma nova dogmática dos direitos reais</i> . Rio de Janeiro: Renovar, 2001. ASCENSÃO, José de Oliveira. <i>Direito civil: reais</i> . Coimbra: Coimbra Editora. 1987. AZEVEDO JR., José Osório do. <i>Compromisso de compra e venda</i> . Saraiva: São Paulo, 2006. BESSONÉ, Darcy. <i>Direitos reais</i> . São Paulo: Saraiva. 1988. <i>Da posse</i> . São Paulo: Saraiva. 1996. BEVILAQUA, Clóvis. <i>Código Civil dos Estados Unidos do Brasil</i> . Rio de Janeiro: Editora Rio, 1979. BITTAR, Carlos Alberto (coord). <i>A propriedade e os direitos reais na constituição de 1988</i> . São Paulo: Saraiva. 1991. <i>Direitos reais</i> . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991. CARVALHO SANTOS, J.M. <i>Código civil brasileiro interpretado</i> . São Paulo: Saraiva, 1979. GONÇALVES, Luis da Cunha. <i>Tratado de direito civil</i> . São Paulo: Max Limonad, 1956. CORREIA, A. SCIACIA. <i>G. Manual de direito romano</i> . Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1977. DANTAS, San Tiago. <i>Conflicto de vizinhança e sua composição</i> . Rio de Janeiro: Forense, 1972; 2ª ed. ENNECCERUS, Ludwig; KIPP, Theodor; WOLF, Martin. <i>Tratado de derecho civil</i> . Trad. espanhola de Blas Pérez González e José Alguer. Barcelona: Bosch, 1954. FACHIN, Luiz Edson. <i>A função social da posse e a propriedade contemporânea (uma perspectiva da usucapião imobiliária rural)</i> . Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor. 1988. FALCÃO, Joaquim de Aruda (org.). <i>Conflicto de direito de propriedade: invasões urbanas</i> . Rio de Janeiro: Forense. 1984. FIGUEIRA JR., J.D. <i>Posse e ações possessórias</i> . Curitiba: Jurta Editora, 1994. FULGÊNCIO, Tito. <i>Da posse e das ações possessórias</i> . Rio de Janeiro: Forense, 2008, 10ª ed. GOMES, Orlando. <i>Novos temas de direito civil</i> . Rio de Janeiro: Forense, 8ª ed. GONÇALVES, Luis da Cunha. <i>Tratado de direito civil</i> . 1ª ed., São Paulo: Max Limonad. GONDINHO, André Finto da Rocha Osório. <i>Direitos reais e autonomia da vontade (o princípio da tipicidade dos direitos reais)</i> . Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2001. GRAU, Eros Roberto. <i>A ordem econômica na constituição de 1988</i> . São Paulo: Malheiros, 2008, 13ª ed. LORRENZETTI, Ricardo Luiz. <i>Fundamentos do direito privado</i> . Trad. Vera Maria Jacob de Fradera. 1ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998. MIRANDA, Pontes de. <i>Tratado de direito privado</i> . Rio de Janeiro: Borsoi, 1971, v. 10 a 21. MOREIRA ALVES, José Carlos. <i>Posse</i> . Rio de Janeiro: Forense, 1985, 2 v. OLIVEIRA, Francisco Cardozo. <i>Hermenêutica e tutela da posse e propriedade</i> . Rio de Janeiro: Forense, 2006 PEREIRA, Cláudio Márcio da Silva. <i>Condomínio e incorporações</i> . 10. ed. Rio de Janeiro: Forense.



PEREIRA, Lafayette Rodrigues. *Direito das coisas*. São Paulo: Russel, 2003.
REALE, Miguel. *O projeto do Novo Código Civil*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
REZENDE, Astolphe. *A posse e sua proteção*. São Paulo: Saraiva, 1937.
TEPEDINO, Gustavo (coord.). *Problemas de direito civil constitucional*. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2000.
A nova propriedade (o seu conteúdo mínimo, entre o código civil, a legislação ordinária e a constituição). In
Revista Forense n.º 306. Rio de Janeiro.
Multipropriedade imobiliária. São Paulo: Saraiva, 1993.

Data ____/____/____
Docente _____

Assinatura e Carimbo do Chefe do Departamento
Programa aprovado em reunião plenária do dia ____/____/____

Assinatura e Carimbo do Coordenador do Curso
Programa aprovado em reunião plenária do dia ____/____/____



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA

SECRETARIA GERAL DOS CURSOS

PROGRAMA DE COMPONENTES

CURRICULARES

COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME

DIR 194

DIREITO PENAL III



CARGA HORÁRIA

MÓDULO

SEMESTRE VIGENTE

T	P	E	TOTAL
68	0	0	68

T	P	E
45	0	0

2004.1

EMENTA

SANÇÃO PENAL: ESTUDO SOBRE AS PENAS E MEDIDAS DE SEGURANÇA NO DIREITO E, EM ESPECIAL, NO DIREITO POSITIVO BRASILEIRO. SISTEMA LEGAL DE APLICAÇÃO DAS PENAS E MEDIDAS DE SEGURANÇA. CONCURSO DE CRIMES, CRIME CONTINUADO E PENA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.

OBJETIVOS

1. Compreender as teorias legitimadoras e deslegitimadoras da pena.
2. Solidificar noções técnicas sobre a pena e a medida de segurança, com fundamento nos princípios penais.
3. Identificar as espécies de sanção penal e de medida de segurança, a partir do que dispõem as normas constitucionais e a legislação penal brasileira.
4. Interpretar criticamente as normas jurídico-penais e a jurisprudência relacionadas à pena, à medida de segurança, às causas de extinção da punibilidade e à ação penal.
5. Relacionar o conhecimento teórico à resolução de questões práticas.
6. Conhecer a realidade do sistema penitenciário baiano.

METODOLOGIA

A metodologia consistirá em aulas teóricas; discussões a partir da leitura de artigos de periódicos científicos e de exibição de filmes, documentários; trabalhos em grupo, pesquisa e análise crítica de jurisprudência; visita a unidade prisional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Penas
 - 1.1 Teorias legitimadoras e deslegitimadoras da pena
 - 1.2 Princípios

- 1.3 Espécies
 - 1.3.1 Pena privativa de liberdade: espécies; regimes de cumprimento; progressão e regressão de regimes; remição; detração.
 - 1.3.2. Penas restritivas de direitos: espécies, substituição.
 - 1.3.3 Multa: sistema de dias-multa.
- 2. Aplicação da pena privativa de liberdade
 - 2.1 Circunstâncias judiciais, agravantes e atenuantes, causas de diminuição e de aumento da pena.
- 3. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional.
- 4. Efeitos da condenação e reabilitação.
- 5. Medidas de segurança
 - 5.1 Espécies. Duração. Lei de Reforma Psiquiátrica (Lei n. 10.216/2001)
- 6. Ação penal
 - 6.1 Espécies
 - 6.2 Princípios
- 7. Causas de extinção da punibilidade
 - 7.1 Condições objetivas de punibilidade. Causas de extinção da punibilidade. Prescrição. Espécies.
- 8. Aspectos relevante da Lei de Execução Penal (Lei n. 7.210/84)

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia básica:

- PRADO, Luiz Regis; CARVALHO, Érika Mendes de; CARVALHO, Gisele Mendes de. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. 14. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
- QUEIROZ, Paulo de Souza. **Curso de Direito Penal: parte geral**. 9 ed. Salvador: JusPodivm, 2013.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de Direito Penal brasileiro: parte geral**. 11 ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

Bibliografia complementar:

- BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de Direito Penal**. 10 ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 1
- CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- SCHMITT, Ricardo Augusto. **Sentença penal condenatória: aspectos práticos e teóricos à elaboração**. 3 ed. Salvador: JusPodivm, 2008.
- XIMENES, Rafson Saraiva; PRADO, Daniel Nicory do. **Redesenhando a execução penal: a superação da lógica dos benefícios**. Salvador: JusPodivm, 2010.
- ZAFFARONI, Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan, 1991.





UNIVERSIDADE FEDERAL DA
BAHIA

SUPERINTENDÊNCIA ACADÊMICA

SECRETARIA GERAL DOS CURSOS



PROGRAMA DE
COMPONENTES

CURRICULARES

COMPONENTE CURRICULAR

CÓDIGO

NOME

DIR A85

FILOSOFIA DO DIREITO

CARGA HORÁRIA

MÓDULO

SEMESTRE VIGENTE

T	P	E	TOTAL
68	0	0	68

T	P	E

2012.1

EMENTA

Filosofia, Direito e Filosofia do Direito. Clássicos da Filosofia do Direito. Tendências filosóficas atuais em Filosofia do Direito. Epistemologia jurídica. Direções do pensamento jurídico e contemporâneo.

OBJETIVOS

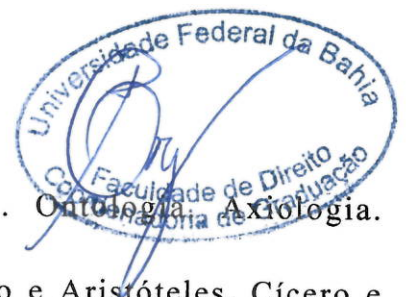
1) Compreender o papel da reflexão filosófica dentro do universo dos estudos jurídicos; 2) Conhecer, sucintamente, os principais temas com os quais a filosofia do direito tem se ocupado ao longo de sua história; 3) Conhecer os principais autores e escolas filosóficas que a história da filosofia do direito registra; 4) Refletir sobre as principais questões que preocupam a filosofia do direito no nosso tempo, a partir das principais escolas e autores.

METODOLOGIA

Aulas expositivas, leitura dirigida, atividades em grupo e seminários.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Filosofia, Direito e Filosofia do Direito. Etimologia. Autonomia da Filosofia. Filosofia do Direito. Filosofia do Direito e demais disciplinas jurídicas.



2. Campos temáticos da Filosofia do Direito. Epistemologia. Ontologia. Axiologia. Semiótica. Ética. Hermenêutica. Lógica.
3. Jusnaturalismo greco-romano. Pré-socráticos. Sócrates, Platão e Aristóteles. Cícero e juristas romanos.
4. Jusnaturalismo cristão. Patrística. Escolástica.
5. Jusnaturalismo moderno. Transição para o positivismo.
6. Positivismo jurídico. Positivismo e plurissignificação. Positivização, Estado Moderno e positivismo. Formas de positivismo jurídico. Crítica ao Positivismo.
7. Historicismo alemão. A Escola Histórica do direito. Construção e crítica.
8. A influência do positivismo sociológico e as Escolas Sociológicas do direito. Construção e crítica.
9. Normativismo kelseniano. A Teoria Pura do Direito. Construção e crítica.
10. Axiologia jurídica. Teoria Ecológica do direito. Tridimensionalismo Jurídico.
11. Filosofia jurídica contemporânea. Diagnóstico das questões fundamentais. Correntes contemporâneas.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KAUFMANN, Arthur; HASSEMER, Winfried (Org). **Introdução à filosofia do direito e à teoria do direito contemporâneas**. Lisboa, PT: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Trad. Jussara Simões. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 20. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADEODATO, João Maurício Leitão. **Filosofia do direito: uma crítica à verdade na ética e na ciência**. 5. ed. substancialmente rev. e ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2013.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Trad. Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2009.

KELSEN, Hans. **A Justiça e o Direito Natural**. Trad. João Baptista Machado. Lisboa: Almedina,

2001.

PINTO, Marília Muricy Machado. **Senso comum e direito**. São Paulo: Atlas, 2015.



BIBLIOGRAFIA ADICIONAL

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AGUIAR E SILVA, Joana. *A prática judiciária entre direito e literatura*. Coimbra: Almedina, 2001.

ALEXY, Robert. *Teoria da argumentação jurídica: a teoria do discurso racional como teoria da justificação jurídica*. 2. ed. São Paulo: Landy Editora, 2005.

_____. *Teoria dos direitos fundamentais*. São Paulo: Malheiros Editora, 2008.

ANDRADE, Lédio Rosa de. *Introdução ao direito alternativo brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, [s.d].

ARAUJO, Fernando. *A hora dos direitos dos animais*. Coimbra: Almedina, 2003.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicómaco*. Traducción [Grego/Espanhol] Maria Araujo e Julian Marías. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1970.

_____. *Política*. Traducción [Grego/Espanhol] Julian Marías/Maria Araújo. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1951.

_____. Tradução Manuel Alexandre Júnior *et alii*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.

ATIENZA, Manuel. *As Razões do Direito: Teorias da Argumentação Jurídica*. Tradução de Maria Guimarães Cupertino. São Paulo: Landy Editora, 2006.

AZEVÊDO, Bernardo Montalvão Varjão de. *O ato de decisão judicial: uma irracionalidade disfarçada*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

BALLESTEROS, Jesús. *Postmodernidad: decadencia o resistencia*. 2. ed. Madrid: Tecnos, 1990.

BARCELONA, Pietro. *Postmodernidad y el regreso de la vinculación social*. Traducción Hector Claudio Silveira Gorski et alii. Madrid: Biblioteca Universitária, 1992.

BARROSO, Luís Roberto. *Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora*. 4. ed.rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2001.

BAUMAN, Zygmund. *Vida líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2007.

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Tradução José de Faria Costa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

BERTI, Enrico. *As razões de Aristóteles*. Tradução Dion Davi Macedo. São Paulo Loyola, 1998.



- _____. *Aristóteles no século XX*. Tradução Dion Davi Macedo. São Paulo Loyola, 1997.
- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. *Linguagem jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2001.
- BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. *Curso de filosofia do direito*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- BOBBIO, Norberto. *O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito*. São Paulo: Ícone, 1995.
- BORRADORI, Giovanna. *Filosofia em tempo de terror: diálogos com Habermas e Derrida*. Tradução Roberto Muggiati. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BOYLE, James. *Critical Legal Studies* (Edit.). Aldershot/Hong Kong/Singapore/Sydney: Dartmouth, 1992.
- CARNEIRO, Wálber Araujo. *Hermenêutica Jurídica Heterorreflexiva: uma teoria dialógica do direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.
- CASTRO, Auto de. *A ideologia jusnaturalista: dos estóicos à O.N.U.* Salvador: S.A. Artes Gráficas, 1954.
- CHANGEUX, Jean-Pierre (Direc.). *Uma mesma ética para todos?* Lisboa: Piaget, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. Vol.01. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. *Convite à filosofia*. São Paulo: Editora Ática, 2005.
- CHEVALLIER, Jean-Jacques. *História do Pensamento Político*. Tomo 2. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1983.
- CÍCERO. *Tratado da República*. Tradução Francisco de Oliveira. Lisboa: Círculo de Leitores, 2008.
- CICÉRON. *Traité des lois*. Traduit Georges de Plinval. Édition bilingue latim-français. Paris: Societé D'Édition, 1959.
- COELHO, Luiz Fernando. *Teoria crítica do direito*. 3. ed. rev., atual. e ampl. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- COELHO, Nuno Morgadinho Santos; SILVA, Antonio Sá da. *Teoria do Direito: direito interrogado hoje – Jurisprudencialismo: uma resposta possível? Estudos em homenagem ao Doutor António Castanheira Neves*. Salvador: Juspodivm, 2012.
- CÓSSIO, Carlos. *Teoria de la verdad jurídica*. Buenos Aires: Librería “El foro”, 2007.
- CAPELLA, Juan-Ramon. *El Derecho como Lenguaje: un análisis lógico*. Barcelona, Ediciones Ariel, 1968.
- DELGADO, Richard; STEFANCIC, Jean. *Critical Race Theory: na introduction*. 2. ed. New York/London: New York University Press, 2012.
- DERRIDA, Jacques. *Le droit à la philosophie du point de vue cosmopolitique*. Lagrasse: Verdier/Éditions Unesco, 1997.



- _____. *Force de loi: Le fondement mystique de l'autorité*. Paris: Galilée, 1994.
- DERRIDA, Jacques; DUFOURMANTELLE, Anne. *Da hospitalidade*. Tradução Fernanda Bernardo. Braga: Palimage Editores, 1997.
- DUSSEL, Enrique. *Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão*. Tradução Georges I. Maissiat. São Paulo: Paulus, 1995.
- DWORKIN, Ronald. *Uma questão de princípio*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ENGLISH, Karl. *Introdução ao Pensamento Jurídico*. 6. ed. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- ESPANHA, Antônio Manuel. *Panorama histórico da cultura jurídica europeia*. Lisboa, Publicações Europa-América, 1998.
- FERRAZ JR., Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. São Paulo, Editora Atlas, 1996.
- _____. *A ciência do direito*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- _____. *Direito, Retórica e Comunicação: subsídios para uma dogmática do discurso jurídico*. São Paulo: Saraiva, 1997.
- _____. *Estudos de Filosofia do Direito: reflexões sobre o Poder, a Liberdade, a Justiça e o Direito*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GROTIUS, Hugo. *Le droit de la guerre et de la paix*. Traduit P. Pradier-Fodéré. Paris. Presses Universitaires de France, 1999.
- GUERRA FILHO, Willis Santiago. *A filosofia do direito: aplicada ao direito processual e à teoria da constituição*. São Paulo: Atlas, 2001.
- GÜNTHER, Klaus. *Teoria da argumentação no direito e na moral: justificação e aplicação*. São Paulo: Landy Editora, 2004.
- HABERMAS, Jurgen. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade, volume I*. 2. ed. Tradução Flávio Breno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- _____. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade, volume II*. 2ª edição. Tradução Flávio Breno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
- HABERMAS, Jürgen. *La inclusión del otro: estudios de teoría política*. Traducción Juan Carlos Velasco Arroyo et alli. Barcelona/ Buenos Aires/ México: Paidós, 1999.
- _____. *Más allá del Estado nacional*. Traducción Manuel Jiménez Redondo. 1. ed. Madrid: Editorial Trotta, 1997.
- _____. *O ocidente dividido*. Tradução Luciana Villa Boas. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.



HEGEL, G. W. F. *Princípios da filosofia do direito*. Tradução Orlando Vitorino, São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HERKENHOFF, João Batista. *Como Aplicar o Direito*. Rio de Janeiro : Forense, 1986.

HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil*. Tradução João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KANT, Immanuel. *A metafísica dos costumes*. Tradução José Lamago. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

_____. *Crítica da razão prática*. Tradução Valério Rohden. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1995, p. 57-102.

KAUFMANN, Arthur. *Filosofia do Direito*. Tradução António Ulisses Cortês. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. Tradução João Baptista Machado. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. *O que é justiça?: a justiça, o direito e a política no espelho da ciência*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LAFER, Celso. *A Reconstrução dos Direitos Humanos*. São Paulo : Cia das Letras, 1988.

LARENZ, Karl. *Metodologia da Ciência do Direito*. 3. ed. Tradução José Lamago. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

LOCKE, John. *Dois tratados do governo civil*. Tradução Miguel Morgado. Lisboa: Edições 70, 2006.

LINHARES, José Manuel Aroso. A representação metanormativa do(s) discurso(s) sobre o juiz: o «testemunho» crítico de um «diferendo»? *Revista Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Estudos e Ensaios*. Lisboa, nº 12, p. 101-120, 2008.

_____. O dito do direito e o dizer da justiça: diálogos entre Lévinas e Derrida. Lisboa [Separata da *Themis/Revista da Faculdade de Direito de UNL*, ano VIII, nº 14, p. 5-56, 2007].

LOSANO, Mario G. *Sistema e estrutura no direito: das origens à escola histórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008, vol. I.

LYRA FILHO, Roberto. *O que é direito*. São Paulo, Brasiliense, s.d.

MACHADO NETO, Antonio Luis. *Fundamentação Ecológica da Teoria Geral do Direito*. Tese apresentada para concurso de Professor Titular do Departamento I da UFBA.

_____. *Compêndio de Introdução à Ciência do Direito*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

MACINTYRE, Alasdair. *Justiça de quem? Qual a racionalidade?* Tradução Marcelo Pimenta Marques. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.



- MARQUES, Mário Reis. *Codificação e paradigmas da modernidade*. Coimbra: Edições do Autor, 2003.
- MAYNEZ, Eduardo Garcia. *Introducción al Estudio del Derecho*. México : Porrúa, 1978.
- MIAILLE, Michel. *Introdução Crítica ao Direito*. 3. ed. Lisboa: Estampa, 2005.
- MINDA, Gary. *Postmodern legal movements: law and jurisprudence at century's end*. New York: New York University Press, 1995.
- MONCADA, L. Cabral de. *Filosofia do Direito e do Estado*. Coimbra: Coimbra Editora, 1995, vol. I [Parte Histórica] e vol. II [Doutrina e Crítica].
- MONTESQUIEU. *Do espírito das leis*. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martin Claret, 2010.
- MÜLLER, Friedrich. *Métodos de Trabalho do Direito Constitucional*. Tradutor: Peter Naumann. São Paulo: Editora Max Limonad, 2000.
- MURICY, Marília. "A distinção proposições jurídicas/normas de direito na nova teoria pura". Salvador, s.e., 1976. (mimeo.).
- NEVES, António Castanheira. *Digesta: Escritos acerca do Direito, do Pensamento Jurídico, da sua Metodologia e Outros*. Coimbra: Coimbra Editora, 1995, vol. I.
- _____. *Digesta: Escritos acerca do Direito, do Pensamento Jurídico, da sua Metodologia e Outros*. Coimbra: Coimbra Editora, 1995, vol. II.
- _____. *Digesta: Escritos acerca do Direito, do Pensamento Jurídico, da sua Metodologia e Outros*. Coimbra: Coimbra Editora, 2008, vol. III.
- _____. *A crise actual da filosofia do direito no contexto da crise global da filosofia: tópicos para a possibilidade de uma reflexiva reabilitação*. Coimbra: Coimbra Editora, 2003.
- NUSSBAUM, Martha C. *A fragilidade da bondade: fortuna e ética na tragédia e na filosofia grega*. Tradução Ana Aguiar Cotrim. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- NUSSBAUM, Martha C; SEN, Amartya. *The Quality of Life*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- PLATÃO. *A República*. Tradução Maria Helena da Rocha Pereira. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- _____. *Político*. Tradução Jorge Paleikat e João Cruz Costa. In: Os Pensadores. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. P.197-261.
- PLATÓN. Prótágoras, o Los Sofistas. In: _____. *Obras completas*. Traducción Maria Araujo et alii. Madrid: Aguilar, 1990, p. 153-195.
- PLATÓN. Las Leys, o De La Legislación. In: _____. *Obras completas*. Traducción Maria Araujo et alii. Madrid: Aguilar, 1990, p. 1265-1516.



- POSNER, Richard A. *Problemas de filosofia do direito*. Tradução Jefferson Luiz Camargo. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- PINTO, Marília Muricy Machado. *Racionalidade do Direito, Justiça e Interpretação: Diálogo entre a Teoria Pura e a Concepção Luhmanniana do Direito como Sistema autopoiético*. Hermenêutica Plural. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- RADBRUCH, Gustav. *Filosofia do direito*. Tradução Marlene Holzhausen. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- RAWLS, John. *O liberalismo político*. Tradução João Sedas Nunes. 1. ed. Lisboa: Presença, 1997.
- _____. *O direito dos povos*. Tradução Luis Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ROSS, Alf. *Direito e Justiça*. Tradução Edson L. M. Bini. Bauru: Edipro, 2003.
- ROSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato Social: princípios do direito político*. Tradução Edson Bini. Bauru: Edipro, 2000.
- SANDEL, Michael J. *O liberalismo e os limites da justiça*. Tradução Carlos E. Pacheco do Amaral. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- SANTO AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*. Tradução J. Dias Pereira. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2006. Vols. I, II e III.
- _____. *O livre-arbítrio*. Tradução Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995.
- SANTO TOMÁS DE AQUINO. *Tratado de la justicia* (2-2 q. 57-79). In: *Summa Theologica*. Versión Fr. Teofilo Urdanoz, O. P. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, MCMLVI, tomo VIII, p. 155-717.
- _____. *A prudência: a virtude da decisão certa*. 1. ed. Tradução Jean Lauand: São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. *Tratado de la ley em geral* (1-2 q. 90-97). In: *Summa Theologica*. Versión Fr. Carlos Soría, O. P. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, MCMLVI, tomo VI, p. 1-202.
- SAVIGNY, F. C. De La vocación de nuestra época para la legislación y la ciencia del derecho. In: THIBAUT, U.F.T; SAVIGNY, F.C.V. *La Codification: uma controversia programática basada em obras de Thibaut y Savigny*. Traducción José Diaz Garcia. Madrid: Aguilar, 1970, p. 48-169.
- SERRES Michel. *O contrato natural*. Tradução Serafim Ferreira. Lisboa: Piaget, 1990.
- SICHES, Luis Recaséns. *Introducción al estudio del derecho*. México: Editorial Porrúa S.A, 1970.
- SOARES, Ricardo Maurício Freire . *Curso de Introdução ao Estudo do Direito*. 1. ed. Salvador: Jus Podivm, 2009.
- _____. *Tendências do Pensamento Jurídico Contemporâneo*. Salvador: JusPODIVM, 2007.
- THIBAUT, U. F. T. Sobre La necesidad de um derecho civil general para Alemania. In: THIBAUT, U.F.T; SAVIGNY, F.C.V. *La Codification: uma controversia programática basada em obras de Thibaut y Savigny*. Traducción José Diaz Garcia. Madrid: Aguilar, 1970, p. 3-45.



TRUYOL Y SERRA, António. *História da Filosofia do Direito e do Estado: das origens à baixa Idade Média*. Tradução Henrique Barrilaro Ruas. Venda Nova/Amadora: Peres Artes Gráficas, 1985, vol. 1.

_____. *História da Filosofia do Direito e do Estado: do Renascimento a Kant*. Tradução Henrique Barrilaro Ruas. Venda Nova/Amadora: Peres Artes Gráficas, 1985, vol. 2.

UNGER, Roberto Mangabeira. *O Direito e o Futuro da Democracia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

VECCHIO, Giorgio del. *História da filosofia do direito*. Tradução João Batista da Silva. Belo Horizonte: Líder, 2004.

_____. *Princípios gerais do direito*. Tradução Fernando de Bragança. Belo Horizonte: Líder, 2003.

VILANOVA, José M. *Filosofia del derecho y fenomenologia existencial*. Buenos Aires, Cooperadora de Derecho y Ciências Sociales, 1973.

WELZEL, Hans. *Derecho natural y justiça material*. Traducción Felipe González Vicén. Madrid: Aguilar, 1957.

WALZER, Michael. *Esferas da justiça: uma defesa do pluralismo e da igualdade*. Tradução Jussara Simões. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

WARRAT, Luís Alberto. *Introdução geral ao direito*. Porto Alegre: Safe, 2002. vol. I, II e III.

WEST, Robin. Economic man and literary woman: one contrast. In: LEDWON, Leonora (Edit). *Law and literature: text and theory*. New York/London: Garland Publishing, 1996, p. 127-136.

WHITE, James Boyd. *Heracles' bow: essays on the rhetoric and poetics of the law*. London: The University of Wisconsin Press, 1985.

WOLKMER, Antonio Carlos. *Introdução ao pensamento jurídico crítico*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

Assinatura e Carimbo do Chefe do
Departamento

Programa aprovado em reunião plenária do
dia ____/____/____

Assinatura e Carimbo do Coordenador do
Curso

Programa aprovado em reunião plenária do
dia ____/____/____



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA
DEPARTAMENTO DE DIREITO PRIVADO
CURSO DE DIREITO – SEMESTRE VIGENTE

Professor:

COMPONENTE CURRICULAR

Código				Disciplina			
DIRA90				DIREITO DAS OBRIGAÇÕES I			
Pré-requisito da disciplina TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL II				Pré-requisito para DIREITO DAS OBRIGAÇÕES II			
Créditos				Carga horária			
Teóricos	Práticos	Estágio	Total	Teórico	Práticos	Estágio	Total
02	01	00	03	34	34		68
Ementa							
Introdução no direito das obrigações: Conceito Evolução Histórica de Espécies, Fontes, O Sujeito, A Prestação Características, O Vínculo, Classificação das Prestações e Conteúdo da Obrigação, Extinção das Obrigações, Teoria do Pagamento, da mora, a definição da responsabilidade por fato não imputável ao inadimplente.							
Objetivos							
Promover o estudo sistemático e lógico da Teoria Geral das Obrigações, evidenciando o conceito da relação obrigacional, e buscando identificar suas fontes, classificação, efeitos, garantias, transmissão e extinção.							

Conteúdo programático
<p>1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES</p> <p>Conceito de Direito das Obrigações. Evolução histórica da obrigação. Natureza dos direitos creditórios. Caracteres dos direitos obrigacionais. Critérios distintivos entre direitos de crédito e direitos reais. Critérios distintivos dos direitos obrigacionais para os direitos de família.</p> <p>Espécies de Obrigações: Civil. Real. Conceito e caracteres. Exemplos. Natural. Conceito, natureza caracteres. Teorias. Efeitos. Exemplos.</p> <p>Fontes das Obrigações</p> <p>No direito romano</p> <p>No direito moderno</p> <p>Classificação das fontes</p> <p>Obrigação como processo. As funções da boa-fé objetiva na relação obrigacional.</p>
<p>2. NOÇÃO GERAL DE OBRIGAÇÃO</p> <p>Conceito de obrigação. Estrutura da obrigação: <i>o debitum e a obligatio</i></p> <p>Elementos constitutivos da relação obrigacional: o(s) sujeito(s), o objeto e o vínculo;</p> <p>Elemento subjetivo : o sujeito</p> <p>Ativo (determinado ou relativamente indeterminável)</p> <p>Passivo (sempre determinado)</p> <p>Pluralidade de sujeitos</p> <p>Elementos objetivos –objeto- A prestação</p> <p>Características da prestação:</p> <p>lícita</p> <p>possível. Critérios negativos de impossibilidade</p>



patrimonial.
determinada ou relativamente indeterminável
O vínculo.
Noção
Teorias explicativas
Unicidade do vínculo

3. CLASSIFICAÇÃO DAS PRESTAÇÕES E CONTEÚDO DA OBRIGAÇÃO

Prestações quanto ao seu objeto. Positivas (dar e fazer); Negativas (não fazer, omitir e tolerar).

A prestação de dar. Noção. Exemplos. Prestação de dar coisa certa. Noção. Consequências da perda ou da deterioração involuntária da coisa certa. A teoria dos riscos. Cômodos na obrigação de dar coisa certa. Prestação de dar coisa incerta. Conceito. Preceitos legais que a disciplinam. Consequências da perda ou da deterioração involuntária da coisa certa. A regra "*genus nunquam perit*".

Prestação pecuniária. Peculiaridades. Conceito de moeda e seu valor. Conceito de juros. Espécies de juros: compensatórios e moratórios; legais e convencionais. Modo de calcular juros: simples e compostos. O anatocismo. Limitação dos juros. Sanções legais à violação desse limites.

Prestação de fazer. Conceito e objeto. Critérios distintivos entre a obrigação de dar e a de fazer. Importância da distinção. Exemplos. Espécies de obligatio ad faciendum. Personalíssimas (*intuitu personae*) e não personalíssimas. Consequências do inadimplemento da obrigação de fazer. Prestação de não fazer. Conceito. Descumprimento da obligatio ad non faciendum

Prestações quanto à liquidez do objeto: Obrigação líquida e Obrigação ilíquida.

Prestações relativas ao modo de execução: Prestação simples e cumulativa; Prestação alternativa. Conceito e caracteres. Concentração do débito na obrigação alternativa. Consequências da inexecutibilidade involuntária de uma das prestações alternativas conforme o critério da escolha. Obrigação facultativa.

Prestações concernentes ao tempo de adimplemento. Prestação momentânea ou instantânea. Prestação de execução continuada ou periódica.

Prestações em relação à pluralidade de sujeitos. A pluralidade de sujeitos na relação obrigacional. Unicidade de vínculo. Teorias unitarista, dualista e eclética.

Prestação divisível e indivisível. Conceito de prestação divisível e indivisível. A questão da divisibilidade e da indivisibilidade nas várias modalidades de obrigação. Efeitos da obrigação divisível e indivisível. Perda da indivisibilidade.

Obrigação solidária. Conceito, caracteres e espécies de obrigação solidária. Princípios comuns à solidariedade. Fontes da obrigação solidária. Distinção entre obrigação solidária e obrigação indivisível. Solidariedade ativa. Conceito. Características. Efeitos jurídicos.

Solidariedade passiva. Conceituação. Características. Consequências jurídicas.

Solidariedade recíproca ou mista. Extinção da solidariedade. Consequências nas relações externas e internas.

Prestações quanto ao conteúdo: Obrigação do meio e Obrigação de resultado. Obrigação de garantia

Prestações reciprocamente consideradas: Obrigação principal e acessória.

Efeitos jurídicos dessas modalidades de obrigação

4- EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES. TEORIA DO PAGAMENTO

Modos de extinção das Obrigações

Pagamento ou modo direto de extinguir a obrigação. Conceito e natureza jurídica do pagamento

Requisitos essenciais ao exato cumprimento da obrigação: tempo, lugar, modo (integridade e identidade da prestação), a pessoa que pode ou deve pagar e a pessoa que pode ou deve receber

Do solvens – pessoa que realiza o pagamento

O devedor. O terceiro: interessado e o não interessado. Consequências

Do accipiens – pessoa que recebe o pagamento. O credor. O credor incapaz. Pagamento feito ao incapaz. Consequências. O representante do credor

Pagamento putativo. Impedimentos legais ao recebimento do crédito. Exemplos.

Tempo do pagamento. Princípio geral da imediatidade. Exceções legais e voluntárias. O vencimento. Conceito. Hipóteses de vencimento antecipado. O pagamento antecipado nas prestações condicionais e a termo. Consequências.

Lugar do pagamento. Fixação legal ou voluntária. Obrigações querables e portables. Obrigações ligadas a imóveis

A prova do pagamento – A quitação. Conceito de quitação e sua importância. Requisitos essenciais

Forma da quitação. Hipóteses de quitação presumida "*juris tantum*" e "*juris et de jure*". Despesas com a quitação.

Do Pagamento indevido. Conceito e espécies de pagamento indevido. Requisitos necessários à sua caracterização.

Repetição do pagamento. Exclusão da restituição do indébito

Pagamentos indiretos. Generalidades. Pagamento por consignação. Origem, conceito e natureza jurídica. Casos legais de



consignação. Requisitos subjetivos e objetivos. Direito do consignante ao levantamento do depósito. Processo de consignação. Efeitos do depósito judicial

Pagamento com sub-rogação. Histórico. Conceito. Natureza jurídica. Modalidade de sub-rogação pessoal. Efeitos.

Imputação do pagamento. Definição. Requisitos. Espécies. Efeitos.

Dação em pagamento. Breve histórico. Conceito, objeto e natureza jurídica. Requisitos. Distinção de novação. Efeitos. Nulidade.

Novação. Considerações históricas. Função da novação no direito romano. Caráter da novação no direito moderno. Conceito. Requisitos essenciais. Espécies. Efeitos. Generalidades. Efeitos da novação quanto à obrigação extinta. Efeitos da novação em relação à nova obrigação.

Compensação. Histórico. Conceito e natureza jurídica. Espécies. Generalidades. Compensação legal

Conceito e efeitos. Requisitos. Compensação convencional. Compensação judicial

Confusão. Histórico. Conceito e requisitos. Espécies. Efeitos. Extinção.

Renúncia das dívidas. Origem histórica. Conceito e natureza jurídica. Modalidades. Casos de remissão presumida. Efeitos

5. DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E SUAS CONSEQUÊNCIAS. DAS PERDAS E DANOS

Conceito de dano. Espécies: emergentes e lucros cessantes. A prova do dano e sua liquidação (noções gerais). Dano patrimonial e dano moral. Distinções. Cumulatividade. Hipóteses em matéria de obrigações negociais. A responsabilidade patrimonial do inadimplente. A culpa como critério de imputação da responsabilidade: Nos contratos onerosos e nos contratos benéficos.

A DEFINIÇÃO DA RESPONSABILIDADE POR FATO IMPUTÁVEL AO INADIMPLENTE

Inadimplemento voluntário. Conceito. Elementos. Distinção entre inadimplemento absoluto e mora

- a recusa do cumprimento (nem sempre é causa de inadimplemento)
- possibilidade e interesse de recebimento tardio (Agostinho Alvim);
- possibilidade de purgação;
- inexistência de mora nas obrigações negativas
- subsidiariamente, o próprio caso concreto

Distinção entre inadimplemento absoluto e parcial
Consequências

DA MORA

Noção

Espécies:

- a) do devedor (*solvendi*)
- b) do credor (*accipiendi*)
- c) de ambas as partes (mista)

Requisitos da mora solvendi:

- a) exigibilidade:
 - vencimento
 - liquidez e certeza
- b) culpa (fato imputável ao devedor)
 - presunção
 - força maior/ caso fortuito, fato da coisa (exclusão da culpa)

Efeitos da mora solvendi:

- a) perdas e danos
- b) ressarcimento de despesas com a conservação
- c) perpetuação da obrigação
- d) os juros na mora solvendi
 - natureza das prestações em que podem ocorrer
 - compensatórios e moratórios
 - legais e convencionais. Disciplina legal
 - modo de calcular juros: simples e compostos
 - juros de mora e indenização suplementar

Mora accipiendi – controvérsias

Elementos da mora accipiendi:

- a) vencimento da obrigação;



- b) constituição em mora (oferta efetiva);
- c) a culpa (desnecessidade)

Constituição em mora

- a) *ex re e ex persona*
- b) as obrigações mercantis
- c) as obrigações negativas
- d) as obrigações decorrentes de ato ilícito

Purgação da mora do devedor. Conceito. Requisitos. Oportunidade. Renúncia aos efeitos da mora
Purgação da mora pelo credor. Peculiaridades. Outras causas de cessação dos efeitos da mora

DA CLÁUSULA PENAL

Conceito. Funções. Espécies.

- disjuntiva (substitutiva/compensatória)
- cumulativa (moratória)
- moratória
- proteção à cláusula especial

Cláusula penal e prejuízo. Presunção *juris et de jure*. Limites de fixação.
o limite da obrigação principal

- exceções: mútuo. CDC, compromisso de compra e venda, incorporações;
- intervenção judicial na redução ou aumento da Cláusula Penal

As modificações no regime da Cláusula Penal no Novo Código Civil

A DEFINIÇÃO DA RESPONSABILIDADE POR FATO NÃO IMPUTÁVEL AO INADIMPLENTE

A teoria dos riscos. As regras *res perit domino, res perit creditori e res perit debitori*

Diversidade de tratamento na aplicação aos contratos bilaterais e unilaterais

-Caso fortuito e força maior. Conceito. Distinções. Exemplos. Conseqüências

A cláusula de isenção de responsabilidade

6. DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES: CESSÃO DE CRÉDITO E ASSUNÇÃO DE DÍVIDA

Noções gerais sobre a transmissão das obrigações

O fenômeno da sucessão "inter vivos" nos direitos pessoais

A intransmissibilidade da obrigação no Direito Romano

A cessão de crédito

Conceito de cessão. Espécies de cessão. Cessão de crédito e institutos similares. Requisitos.

Forma. A notificação do cedido. Responsabilidade do cedente. Efeitos. Distinção de figuras afins

Assunção de dívida

Breve histórico. Conceito e pressupostos. Distinção de institutos afins. Natureza jurídica. Espécies. Forma. Efeitos. As conseqüências da assunção quanto às garantias

A Cessão de contrato

Conceito e função econômica. Estrutura. Natureza jurídica. Modalidades. Requisitos. Efeitos

Metodologia

Aulas expositivas, com comentários e discussões sobre a teoria e o direito positivo; apresentação de questões práticas; estudos de casos; análise de jurisprudência; comentários sobre assuntos relacionados e pertinentes à disciplina. Uso do quadro e recursos audiovisuais; condução de seminários e de trabalhos em grupos de estudos.

Avaliação

Os alunos serão submetidos a , no mínimo, duas avaliações regimentais assim constituídas:
1ª Avaliação - Prova com questões dissertativas e (ou) objetivas: 10,0 pontos- PESO 4,0.